
SEGUNDA CADEIA DA LEGALIDADE: REGISTROS HISTÓRICOS NO JORNAL CORREIO DO POVO

SECOND STRING OF *LEGALIDADE*: HISTORICAL RECORDS IN THE NEWSPAPER *CORREIO DO POVO*

Fernanda Vasconcelos Torres
Graduanda de História da FFCH/PUCRS
fernanda.caroline@acad.pucrs.br

RESUMO: Este artigo apresenta um fragmento do trabalho realizado como bolsista BPA/PRAIAS do projeto sobre a “Segunda Cadeia da Legalidade: registros históricos e jornalísticos”, desenvolvido entre 2011-2012, envolvendo pesquisadores do Departamento de História da FFCH/PUCRS e do Curso de Jornalismo da FAMECOS/PUCRS. A Segunda Cadeia Radiofônica da Legalidade consistiu numa tentativa de reeditar a Cadeia da Legalidade de 1961, com a intenção de evitar o Golpe Militar de 31 de março de 1964. No campo histórico, a busca por fontes escritas levou a quatro periódicos de maior relevância, entre os quais o Correio do Povo foi escolhido para esta exploração por suas conexões com este evento, a fim de investigar juntamente à bibliografia revisada.

PALAVRAS-CHAVE: Legalidade. 1964. Jornal Correio do Povo.

ABSTRACT: This paper presents a fragment of the work as a researcher to the BPA/PRAIAS project "Second Chain of Legality: historical and journalistic records" developed between 2011-2012, involving researchers from the Department of History of FFCH/PUCRS and Journalism of FAMECOS / PUCRS. The Second Chain consisted in an attempt to re-edit the Chain of Legality, 1961, with the intention of avoiding the military coup of March 31, 1964. Looking by the historical point of view search for written sources led to four journals of greatest relevance, including the Correio do Povo, which was chosen for this exploitation by their connections with this event, in order to investigate together with the literature reviewed.

KEYWORDS: Legalidade. 1964. Jornal Correio do Povo.

Introdução

Este artigo apresenta um estudo sobre a Segunda Cadeia Radiofônica da Legalidade, uma tentativa de reeditar a Cadeia da Legalidade de 1961 com a intenção de evitar o golpe de 31 de março de 1964.

Partindo do levantamento sobre o tema, foram elencadas obras que tratam da primeira edição da Campanha da Legalidade (1961), do governo de João Goulart e dos antecedentes do Golpe Militar de 1964.

Feita a revisão bibliográfica, foi realizado levantamento no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MUSECOM), em Porto Alegre, dos veículos de mídia impressa circulantes no período a ser analisado (última semana de março de 1964 e primeira semana de abril de 1964).

Identificaram-se os seguintes jornais (com exemplares disponíveis para consulta): Diário de Notícias, Folha da Tarde, Última Hora e Correio do Povo. A etapa seguinte foi investigar e digitalizar os conteúdos presentes nos quatro jornais relacionados que fizessem referência à Segunda Cadeia.

Concluída essa parte, efetuou-se o fichamento e análise de conteúdo destes materiais, considerando a transcrição de trechos e comentários. Para esta pesquisa optou-se por delimitar somente o jornal Correio do Povo para estudo, contrapondo com a revisão bibliográfica.

1961 x 1964: contextos

As referências feitas ao episódio de 1961 são inúmeras quando se fala sobre 1964. Para melhor compreendermos, se faz necessária uma breve retomada dessas conexões implícitas. Os três anos que antecederam o Golpe revelam uma configuração sociopolítica suficientemente diferente. Partindo de uma macrovisão, podemos considerar que 61 vivia sob o impacto da Guerra Fria, com a polarização internacional de norte-americanos e soviéticos – que exigiu um posicionamento parcial dos demais países.

O Brasil encontrava-se no Governo de Jânio Quadros, um presidente obtuso em sua orientação. Famoso pela campanha “varre,varre, vassourinha”, ele prometia novos tempos de limpeza da corrupção política que já era noticiada. Sete meses foi tempo suficiente para que as interferências de suas questões de diplomacia internacional¹ desgastassem o governante.

¹ Jânio nomeou Leonel Brizola como vice-presidente da delegação que participou da Conferência da Organização dos Estados Americanos, que se realizou em Punta Del Este (Uruguai). Neste evento, o Ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, realizou um pronunciamento contra os norte-americanos, que

Jânio declarou: “não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência, é a esta que devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor fórmula que tenho, agora, para servir ao povo e à pátria é a renúncia”.

João Goulart, então vice-presidente, encontrava-se em missão diplomática na China (Estado comunista, liderado pelo ditador Mao Tse Tung). Notas de pesar e apoio a Jânio e Jango foram emitidas pelos governos de Cuba, China e União Soviética – que viram nesse gesto uma vitória da pressão yanque sobre o líder brasileiro. Avidamente, os militares se organizaram no plano de estabelecimento de um governo provisório controlado pelos seus comandantes e com apoio dos Estados Unidos².

Paralelamente, o Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola ficou sabendo da movimentação que visava barrar a entrada de seu cunhado João Goulart no Brasil, impedindo sua posse como Presidente. Baseado na Constituição, Brizola passou a defender o direito legal de Goulart assumir – argumento que repercutiu e tomou proporção de movimento nacional. Pelas ondas das rádios, Brizola proferia discursos inflamados conclamando a população a ir às ruas, reivindicar a defesa de seu direito democrático, de garantir a legitimidade de seu governante. Estava formada a Cadeia da Legalidade, com ponto de irradiação principal nos porões do Palácio Piratini, na capital gaúcha, protegido por barricadas e soldados do III Exército – que, sob comando de Machado Lopes, aderiram à campanha.

O que de fato se confere nessa situação é a fragmentação das Forças Armadas – parte apoiando Brizola, no sul – enquanto os comandantes do sudeste posicionavam-se em recuo estratégico. João Goulart, no dia 7 de setembro de 1961 assume a Presidência do Brasil. Os anos que se seguem são de controversos confrontos políticos – tanto nos campos ideológicos quanto na esfera do poder. Goulart estabelecia reformas de cunho popular, fato que não

arrancou aplausos solitários de Brizola. Tal atitude foi recebida como provocação pelo jornalista e Governador da Guanabara Carlos Lacerda. Lacerda já vinha se manifestando contrário ao anúncio de reaproximação das relações entre Brasil e União Soviética, tomou como afronta a condecoração de Che com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e lançou abertamente campanha anticomunista na imprensa nacional. Alguns relatos fazem menção ao conhecimento de Lacerda junto ao alto escalão das Forças Armadas sobre a intenção de um golpe caso se confirmasse a tentativa de instaurar um regime nos moldes cubanos em território brasileiro.

² Ainda que tivesse a União Soviética como principal adversário, os Estados Unidos viam em Cuba uma base estratégica para os comunistas chegarem ao continente americano. Considerando que os cubanos eram declaradamente aliados aos soviéticos, o Governo norte-americano realizou uma operação de invasão à Baía dos Porcos, um desastre mal recebido por ambas as partes. Cuba saiu fortalecida e os Estados Unidos foram obrigados a buscar novas fronteiras para bloquear a expansão comunista na América.

agradava uma parcela conservadora da população e uma pequena elite que detinha controle sobre os meios de comunicação.

Brizola, principal apoiador de Goulart, deixa o Governo do RS e elege-se deputado federal pelo Estado da Guanabara, torna-se um dos motivos de desentendimento do presidente com partidários e de críticas aos projetos cada vez mais influenciados por ideais comunistas. Este elemento pode ser considerado um dos componentes decisivos para o desfecho de 1964.

Ao se analisar o comportamento da imprensa nesse período, observa-se que ela atravessou, num curto espaço de tempo, várias fases, nas quais predominou o discurso anticomunista. Em uma primeira fase, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros (25-8-1961), a maioria dos jornais abriu espaço para os discursos favoráveis à preservação do regime, ou seja, à posse de João Goulart, assim como os próprios jornais formularem argumentos em favor da obediência aos preceitos constitucionais. Em seguida, a imprensa apoiou a solução parlamentarista (2-9-1961) e o plebiscito (6-1-1963). Em um terceiro momento, quando ocorreu a Revolta dos Sargentos (12-9-1963), a imprensa começou a se distanciar do governo Goulart e a apresentar como solução para a crise política o *impeachment* do presidente e sua substituição dentro da legalidade. Finalmente, o epílogo desse drama se deu com o Comício das Reformas (13-3-1964), com o Levante dos Marinheiros (26-3-1964) e com a intensificação da mobilização ideológica. O governo se aproximou dos grupos radicais de esquerda e foi perdendo o apoio dos grupos de centro, ao mesmo tempo que se aprofundava a crise político-econômica. A maioria dos jornais retirou o apoio a Goulart e foi mudando de discurso, formulando ou acompanhando as orientações dos grupos favoráveis à queda do governo. Alguns jornais pediram a sua substituição dentro dos preceitos constitucionais, outros pediram a intervenção militar para restabelecer a ordem e a continuidade democrática, que estaria ameaçada pelas ações de Goulart. Poucos foram os jornais que defenderam o governo até a sua deposição. (ABREU, 2006, p.108)

Enfraquecido pelas críticas da mídia, com forte estruturação dos militares nos bastidores, Jango se vê cada vez mais pressionado. A agitação das diferentes camadas da sociedade sinaliza problemas internos. É nesse momento que as diferenças entre 61 e 64 começam a ganhar contornos mais nítidos.

Em 1964, e desde o início do ano, era visível o isolamento político de João Goulart, debilitado desde o início de seu governo, quando da tentativa golpista de 1961, a partir da qual a conspiração não cessou um dia, uma hora, articulando-se com as pressões externas. Em 1964, pois, não houve uma derrota imposta por militares inconformados e orientados pela campanha da mídia nacional, a serviço de interesses externos. O refrão golpe

militar e ditadura militar é enganoso, embora aparentemente corresponda à realidade. A ação militar foi precedida e alimentada pela ação política. (SODRÉ, 1994, p.16)

O poder de penetração e persuasão de Brizola também se modifica. Se em 1961 sua posição de Governador do Rio Grande do Sul ajudou na requisição das rádios e centralização no Palácio, seu distanciamento não ajudou na tentativa de restabelecer a Cadeia da Legalidade. O máximo que conseguiu foi instalar-se no Paço Municipal, apoiado pelo prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, com uma infraestrutura de transmissão precária em comparação com a de anos antes. Seu posicionamento cada vez mais voltado para uma esquerda extremista deslocou também a opinião de alguns apoiadores no sentido contrário – principalmente da parcela das Forças Armadas.

Em 1961, como cadete na Academia Militar de Agulhas Negras, muitos de nós nos mobilizamos em torno das notícias transmitidas pela rádio da legalidade. Houve uma resistência espontânea de muitos comandantes, oficiais e praças à tentativa de impedir a posse de João Goulart. O comandante da Academia, general Adalberto Pereira dos Santos, um homem de perfil esbelto que lhe valeu entre os cadetes o apelido secreto de Filé de Borboleta e que foi depois vice-presidente da República, proibiu corajosamente a entrada do comboio militar que o I Exército enviou para o Sul contra os que apoiavam a posse do presidente. Já em 1964 o panorama foi outro. Quando a tropa de Minas, comandada pelo general Olímpio Mourão Filho, o famoso Vaca Fardada, se dirigiu para o Rio contra o presidente, eu era segundo-tenente no Batalhão de Manutenção da Divisão Blindada. Na reunião dos oficiais foi comunicado que o presidente deixara Brasília e fora para o Rio Grande do Sul, tendo seu cargo sido declarado vago e ocupado por Ranieri Mazzilli. Argumentei que o presidente da República continuava no cargo, pois estava em território nacional, logo cabia-nos obedecê-lo de acordo com a Constituição. Fui preso imediatamente e depois respondi à Comissão-Geral de Inquérito, presidida pelo general Taurino de Resende, que, como alguns outros líderes do movimento militar, sofreu profunda decepção quando seu próprio filho foi torturado. Fica a pergunta: o que mudou de 1961 para 1964? Provavelmente, a guerra ideológica promovida pela direita, com apoio de algumas grandes multinacionais e do governo norte-americano, e os erros da esquerda no poder contribuíram para o desfecho do golpe. (ROSA, 2004, p.9)

A Cadeia da Legalidade

Segundo a historiadora Alzira Alves de Abreu, ainda que o poder de influência dos meios de comunicação seja conhecido, são raros os estudos que analisam o papel da mídia na queda do governo Goulart. Num contexto de temor anticomunista (despertado pela Revolução Cubana), ela ressalta que

Numa análise sobre o golpe de 64, é importante incorporar aos esquemas explicativos uma avaliação do papel que a imprensa desempenhou em todo o processo. Ela foi, sem dúvida, um dos vetores de divulgação do fantasma do comunismo, que foi utilizado como uma das principais justificativas para derrubar o governo. Ao mesmo tempo, ela disseminou notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da ideia de que era imperiosa a necessidade de restabelecer a ordem por meio de uma intervenção militar. (ABREU, 2004, p.18)

Abreu (2004) destaca também o importante papel do contexto social – com a oposição mais acalorada entre as classes – e sua repercussão na política. Enquanto o governo Goulart erguia a bandeira das reformas (que beneficiariam os movimentos populares rurais e urbanos), a classe média posicionava-se contrária a tais iniciativas. Leonel Brizola, utilizando seu poder político, “através da Rádio Mayrink Veiga e do jornal Panfleto, intensificou sua campanha em favor de medidas radicais, como a moratória da dívida externa, a substituição do Congresso por uma Assembleia Constituinte e a organização de células políticas armadas, os chamados ‘grupos de onze’” (ABREU, 2004, p.21).

Esse contexto de efervescência política teve seu ápice no final de março e início de abril de 1964. Enquanto conspirava-se no centro do país pelo golpe militar, no Rio Grande do Sul houve a intenção de mais uma vez protelar a chegada dos militares ao poder no Brasil, com a reedição da Cadeia da Legalidade de 1961.

A reação ao movimento dos militares para deposição do governo Goulart encontrou apoio em diferentes núcleos dispersos e pontuais. Cronologicamente,

a insurreição começaria no Rio Grande do Sul, com a sublevação da Brigada Militar e a tomada de vários quartéis do Exército, contando com a participação de militantes do PTB, sindicatos, associações de bairros, bem como de fazendeiros no interior, e seria secundada por outros levantes populares em São Paulo e no Rio de Janeiro. O comando militar desta insurreição, chamada Operação Pintassilgo, caberia ao general Ladário Teles, e Brizola assumiria a liderança civil, ocupando uma estação de rádio em Porto Alegre, a fim de conclamar o povo à revolta e reproduzir as

jornadas de 1961, quando levantou o Rio Grande do Sul em favor da legalidade e da posse de Goulart na presidência do Brasil. Porém a Operação Pintassilgo, cuja deflagração foi quatro vezes tentada, abortou. E, de acordo com o depoimento do deputado federal cassado José Neiva Moreira, no período de dois ou três anos, ‘desenvolveram-se cinco ou seis conspirações no Rio Grande do Sul, todas inspiradas na doutrina que Brizola defendia: insurreição armada, apoiada por poderosos contingentes civis, com o uso dos meios de comunicação. (BANDEIRA, 2001, p.189)

Porém, desta vez, o governo gaúcho firmou-se favorável aos opositores de Jango. Numa tentativa de evitar uma reedição da Cadeia da Legalidade de 1961, o então Governador do Rio Grande do Sul requisita as emissoras gaúchas. Antes de partir em retirada estratégica para Passo Fundo, anunciou à população a “Operação Farroupilha”, num manifesto via ondas radiofônicas: “Os últimos acontecimentos que se verificaram neste Estado demonstraram perfeitamente que aqui também se pretende instalar a violência, a ilegalidade e a ruptura da Constituição. Requisitei as estações de rádio com o propósito honrado de impedir que através delas viessem a semear-se os elementos do ódio e da discórdia. Estas rádios foram agora ocupadas pela força e entregues aos inimigos da Democracia, que estão utilizando para pregar a desordem, a indisciplina e a violação da Carta Constitucional” (SILVA, 1978, 432-3).

Sediados desta vez no Paço Municipal de Porto Alegre, planejaram e irradiaram pronunciamentos visando a garantir a permanência do prefeito Sereno Chaise, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no executivo municipal, e manter João Goulart na Presidência da República.

De posse das rádios gaúchas, a Cadeia da Legalidade foi reeditada, divulgando notas e proclamações de entidades, conclamando o povo à resistência contra o "golpe dos gorilas". O movimento culminou com a realização de um comício no Largo da Prefeitura que contou com oradores como Leonel Brizola, Álvaro Ayala, Vilson Vargas, Floriano D'ávilla e o próprio Sereno Chaise. Todos pediram a união das forças populares contra o golpe às instituições. Segundo o Correio do Povo, o prefeito Sereno Chaise permaneceu em seu gabinete desde o início da crise, atento ao desenrolar dos acontecimentos, cercado por seus auxiliares e "elevado número de populares", que se colocaram em frente da prefeitura. Inúmeras organizações e entidades manifestaram apoio ao prefeito e ao presidente Goulart: Comando de Reivindicações dos Servidores do Estado, Comando Nacionalista de Guarujá, Frente Nacionalista do Magistério Gaúcho, Conselho Sindical Feminino, Comando dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, Comissão dos Profissionais Liberais, Sindicato dos

Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Porto Alegre, funcionários da Prefeitura Metropolitana, do MASTER, Sindicato dos Oficiais de Barbeiros e Similares, da Associação dos funcionários da CEEE e do Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica em Porto Alegre, entre tantas outras. A sorte da limitada democracia brasileira estava sendo decidida, em grande medida, no Rio Grande do Sul, onde a resistência depositou suas últimas esperanças. O governador Meneghetti percebeu que fracassara a manobra de requisitar as emissoras de telecomunicações (já ocupadas pelas tropas do III Exército leais a Goulart), e que se encontrava com pouca base social de apoio em Porto Alegre. Assim, no 1º de abril, sob pressão do III Exército e do movimento civil pela legalidade, transferiu a sede do governo para Passo Fundo, na sede do 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar. Desse local, conclamou o povo gaúcho contra Goulart e os inimigos da democracia. (PADRÓS ET AL, 2010, p.55)

Pressões de todos os lados e a fragmentação de opiniões resultaram num clima de instabilidade e insegurança política. E iminência de um golpe tornava-se cada vez mais próxima. Diante da perda gradual de apoio nos demais estados do Brasil, João Goulart entendeu que seria mais prudente exilar-se e evitar um confronto armado, uma guerra civil por sua causa. Tal decisão pôs fim à curta vida da Segunda Cadeia da Legalidade. Em depoimento ao jornalista Luciano Klöckner para sua biografia “O diário político de Sereno Chaise”, o ex-prefeito relembrou os momentos marcantes que se sucederam naqueles idos de 64:

O Golpe foi em 1º de abril. O presidente João Goulart chegou a Porto Alegre na madrugada do dia 2 de abril de 1964. Eu o recebi no aeroporto e fomos para a casa do comandante do III Exército, que ficava na subida do Hospital Militar. Ele permaneceu até às 11 horas da manhã, reunido com o comandante, num encontro que durou mais de oito horas. Havia muitos oficiais, muitos generais. Entre e sai gente. A decisão do presidente foi de exilar-se no Uruguai. Viajar imediatamente, o equivalente a uma renúncia. Isso ficou bem claro para mim. A partir daquele momento, entendi que o presidente João Goulart, tal qual o presidente Jânio Quadros, renunciava à presidência da República, para evitar o derramamento de sangue. A tristeza foi geral, mas só que defendíamos o mandato dele, a Legalidade, não tínhamos mais o que defender. Consumada a viagem do presidente, perto do meio-dia, voltei para a Prefeitura. Nós instalamos na Prefeitura a Rede da Legalidade, sem a expressão que tinha tido em 1961, no Palácio Piratini. Tínhamos no meu gabinete uma transmissão. Não tenho lembrança sobre o número de emissoras e como funcionava tecnicamente. O Dilamar Machado, secretário de Comunicação, é quem sabia bem disso. Obtive um informe de que algumas pessoas ligadas ao Partidão não iam permitir que eu encerrasse, me obrigando a adotar algumas providências. Reuni pessoas de minha inteira confiança, entre elas o José Sperinde, para evitar que o episódio se transformasse numa carnificina. Quando fiz a intervenção, pedindo ao povo

que se retirasse em ordem para suas residências, tudo transmitido pela Rede, ocorreram alguns protestos. Havia umas cem pessoas dentro do gabinete e um sentimento de derrota no ar, mas sem qualquer problema mais grave. (KLÖCKNER, 2007, p.129)

Na madrugada do dia 03 de abril de 1964, Sereno Chaise foi detido e seria liberado somente passados alguns dias. A Última Hora – jornal abertamente favorável aos partidos de esquerda) teve sua redação fechada no dia 04 de abril. Iniciava-se no país um longo período de ditadura militar.

Registros da segunda cadeia no Correio do Povo

O jornal gaúcho Correio do Povo, fundado em 1895 por Caldas Junior, tem sua história conectada aos acontecimentos políticos que fez circular pelo Rio Grande do Sul. Seu quadro próprio de redação e fama de dar voz às diversas correntes políticas vigentes no estado, com uma aura de imparcialidade que se manteve. A Companhia Jornalística Caldas Júnior foi ainda integrada pelos periódicos Folha da Tarde (1936), Folha da Manhã (1969), além da Rádio Guaíba e TV Guaíba.

Foi na Rádio Guaíba que em 1961 Leonel Brizola encontrou base técnica de apoio para constituir a Cadeia da Legalidade. Porém, em 1964, com outro cenário, Breno Caldas optou por excluir sua empresa de participar. Pesquisando nos jornais Correio do Povo, encontram-se amostras de tal fato. Um editorial não assinado da edição de 02 de abril de 1964 faz duras críticas ao contexto estabelecido, enfatizando problemas sociais e econômicos decorrentes de paralisações e controle estatal de alguns segmentos. O texto, no entanto, é elogioso ao povo, que “nada, em verdade, poderá fazer, de momento, em prol da decisão da contenda, por mais que esta diga respeito aos seus inalienáveis direitos e interesses, se deve conduzir com calma e ponderação, a fim de não arcar com dificuldades ainda piores”. Mostra-se contrário também ao domínio das emissoras e qualifica aqueles que aderiram aos apelos da Cadeia da Legalidade como “*entregues à histeria radiofônica, principalmente depois que as estações difusoras foram arrebatadas ao noticiário mais criterioso e imparcial*”. Finalizando o editorial, aconselha que a população civil, em todas suas camadas, não se deixe “*perturbar ante a situação*” e siga a “*linha de conduta pela qual até aqui vem se pautando*”, referindo-

se a parte da população que mostrou-se desfavorável ao reflorescimento do Movimento da Legalidade.

O comandante do III Exército, general Ladário Telles, apoiava o Governo de João Goulart. Tornou-se protetor de Jango e Brizola quando de sua chegada ao Rio Grande, garantindo, previamente, que o controle dos veículos de imprensa e prédios do governo estadual e municipal estivessem disponíveis para uso do Presidente e sua comitiva. Em uma série de ofícios enviados ao Governador do RS, sr. Ildo Meneghetti (oposicionista declarado do Governo Federal e da Campanha da Legalidade, com apoio da Brigada Militar gaúcha), fez uso de sua patente para comunicar as requisições das estações de rádio. Como mostra a matéria “Comunicação do Governador do Estado ao Legislativo” do Correio do Povo de 02 de abril de 1964, onde reproduz-se um desses comunicados:

Devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, venho comunicar a Vossa Excelência que este Comando resolveu, no desempenho de suas funções, como autoridade militar da União, ocupar todas as estações de rádios e de televisão sediadas neste Capital e, quando conveniente, as do Interior, bem como controlar o seu funcionamento, a fim de assegurar o clima de tranquilidade social, evitando o agravamento da situação político-militar diante do estado de guerra civil ora deflagrado no país. (CORREIO DO POVO, 02 de abril de 1964, p. 16)

A mobilização gerada com a vinda do presidente Goulart ao RS, acompanhado de seu cunhado Leonel Brizola, e a demonstração de força imposta pelo comandante do III Exército, general Ladário Telles, explicitava as semelhanças com a configuração da primeira Cadeia da Legalidade. Na matéria intitulada “Governo do Estado transfere sua sede para Passo Fundo, onde organiza resistência” dessa data frisa a requisição das rádios, meio de difusão do movimento:

Positivou-se o domínio do comando do III Exército nas mãos do gen. Ladário e as rádios foram requisitadas e tomadas pelo mesmo, dando oportunidade a que forças civis de apoio ao sr. João Goulart, sob a liderança do deputado Leonel Brizola e do prefeito Sereno Chaise, dessem início ao processo de levante popular, procurando repetir a ‘legalidade’ de 1961. (CORREIO DO POVO, 02 de abril de 1964, p. 16)

Conforme a matéria publicada dia 03 de abril de 1964, “Resumo da crise que culminou com a deposição de João Goulart”, o presidente utilizou de controle militar –

valendo-se da força dos fuzileiros navais, grupo que o apoiava – para controlar emissoras contrárias e divulgar somente notícias que o favorecessem. Relata que “paralelamente, as emissoras do governo (Nacional, Mayrink Veiga, etc.) incitavam o povo dizendo que o governo dominaria rapidamente os revoltosos de Minas”.

O cenário crítico de Porto Alegre no dia 02 de abril de 1964 é descrito detalhadamente no Correio do Povo do dia seguinte:

Dominada pelo III Exército, sob comando do gen. Ladário, a capital do Rio Grande do Sul era, ainda, o único foco de resistência às forças que depuseram o sr. João Goulart. (...) O governador Ildo Meneghetti, de Passo Fundo, anunciava que marcharia sobre a capital, com tropas da Brigada, do Exército e voluntários. O comandante do III Exército sentia, a cada momento, a sublevação dentro das tropas sob seu comando. O presidente da República, que chegara a esta Capital, reunido com seus assessores diretos e partidários, dava a luta como perdida e dispunha-se a abandonar o país”. No entanto, a Cadeia da Legalidade permanecia no ar “concitando o povo para a luta armada e para a resistência ao “golpe”. (CORREIO DO POVO, 03 de abril de 1964, p. 5)

De acordo com o Correio do Povo desse mesmo dia, o presidente João Goulart utilizou de controle militar – valendo-se da força dos fuzileiros navais, grupo que o apoiava – para controlar emissoras contrárias e divulgar somente notícias que o favorecessem. Relata que “paralelamente, as emissoras do governo (Nacional, Mayrink Veiga, etc.) incitavam o povo dizendo que o governo dominaria rapidamente os revoltosos de Minas”.

Foi através de um ofício levado pelos senhores Mário Mondino (representando o Executivo), deputado Solano Borges (Legislativo) e o desembargador João Clímaco de Mello Filho (Judiciário) e entregue ao comandante do III Exército que o Governo do Estado que se “exigiu que as emissoras da Capital voltassem ao funcionamento normal, desfazendo-se a ‘Cadeia’ e a requisição. Deram prazo até a uma hora da tarde para que isto acontecesse. Por volta desta hora, o prefeito Sereno Chaise, em nome das forças janguistas, anunciou, de própria voz, que a ‘Cadeia da Legalidade’ se desfazia, dando por finda a luta”. Terminava, assim, a Segunda Cadeia da Legalidade de 1964.

Contrário ao movimento da Segunda Cadeia da Legalidade, o então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti que havia deixado a capital e a sede do governo (Palácio Piratini) impelido pela pressão política daqueles dias de crise e instalando-se em Passo Fundo,

retornou a Porto Alegre após a partida de seus oponentes para o exílio no Uruguai e, demonstrando sua posição contrária, criou a Cadeia da Democracia, na qual fez seu pronunciamento ao povo gaúcho, acompanhado de “vários parlamentares, secretários de Estado e outros líderes do movimento vitorioso”, anunciando a retomada do poder.

Considerações finais

O que a princípio surgiu como hipótese de pesquisa demonstrou-se comprovada pelos registros nas fontes escritas, sejam elas bibliográficas ou periódicos. A Segunda Cadeia da Legalidade, apesar de breve, deixou inferências suficientes para considerarmos sua existência.

Num primeiro momento, a revisão da literatura acadêmica produzida sobre o assunto pediu cautela em relação à proximidade temporal e cruzamento de personagens de 1961 e 1964. Porém, realizando uma leitura cuidadosa, pode-se encontrar indicadores que revelam na fala de testemunhas ou na pesquisa em arquivos jornalísticos indícios de que há algo documentalmente gravado nas páginas da História.

Dessa forma, buscar o acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MUSECOM) apresentou-se uma tarefa desafiadora e investigativa. O péssimo estado de conservação dos exemplares e as limitações técnicas de manutenção desse material deterioraram boa parte dos jornais, o que resultou em uma captação parcial dos exemplares desse período. No caso do Correio do Povo, somente constam as edições dos dias 02, 03 e 04 de abril de 1964, não permitindo uma análise mais aprofundada do encadeamento daqueles tumultuados dias que eclodiram no Golpe.

Mesmo com a aparente carência de referências que tratem especificamente do assunto ou questões de cunho externo das fontes escritas, pode-se observar que o objeto desse estudo merece uma pesquisa aprofundada que ajude a esclarecer um momento tão delicado da história nacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, ALZIRA ALVES DE. A Participação da Imprensa na Queda do Governo Goulart. In: RAPOSO, Eduardo (coord.) **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil: anais**. Rio de Janeiro: 7 Letras, c2004.

ABREU, ALZIRA ALVES DE. 1964: a Imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) **João Goulart: Entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, c2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil de 1961-1964**. Rio de Janeiro, Revan, e Brasília: UNB, 2001.

Barbosa, Vivaldo. **A rebelião da legalidade: Documentos, pronunciamentos, noticiários, documentários**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CHEUCHE, Alcy. **Nós e a legalidade: depoimentos**. Porto Alegre: IEL; AGE: 1991.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: Edições dos dias 02, 03 e 04 de abril de 1964.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FELIZARDO, Joaquim José. **A legalidade: O último levante gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

KLÖCKNER, Luciano. **O Diário Político de Sereno Chaise: 60 anos de história**. Porto Alegre: AGE, 2007.

_____. Segunda Cadeia da Legalidade: a resistência ao golpe militar de 1964 que não passou para a história. In: KLÖCKNER, Luciano, PRATA, Nair. **História da mídia sonora: Experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. **1961, que as armas não falem**. São Paulo: SENAC, 2001.

MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio Palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e memória**. Porto Alegre: editora Corag, 2010. v.1 Disponível em <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>>

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). **O golpe a ditadura militar: Quarenta anos depois (1964 – 2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ROSA, Luiz Pinguelli. **Reminiscências do golpe**. In: ASSIS, Denise; PASSARINHO, Jarbas;

GORENDER, Jacob e outros. **Olhares sobre 1964:** O golpe que calou o Brasil. Jornal do Brasil. 11 de abril de 2004.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

Sodré, Nelson Werneck. 1964: a ditadura anunciada. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Golpe de 64**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.